



RELATÓRIO DA ADMINISTRA O

Prezados Acionistas:

Em cumprimento às determina es legais e estatutárias, apresentamos as demonstra es financeiras, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2014 da SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil juntamente com o parecer dos auditores Independentes.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 - (Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota Explicativa	2014		2013	
		2014	2013	2014	2013
CIRCULANTE		75.731	159.466		
Disponibilidades	6	27	35		
T�tulos e Valores Mobili�rios e Instrumentos Financeiros Derivativos		48.838	138.322		
Carteira Pr�pria	8a	32.551	136.797		
Instrumentos Financeiros Derivativos	8d.1	6.812	96		
Vinculados � Presta�o de Garantias	8a	9.475	1.429		
Opera�es de Arrendamento Mercantil		4.536	(747)		
Arrendamentos e Subarrendamentos a Receber - Setor Privado		256.478	186.379		
(-) Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil - Setor Privado		(254.707)	(185.345)		
Arrendamentos e Subarrendamentos a Receber - Setor P�blico		34.603	52.519		
(-) Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil - Setor P�blico		(33.801)	(51.813)		
Adiantamento a Fornecedores		3.730	-		
(-) Rendas a Apropriar de Taxa de Compromisso de Arrendamento		(69)	-		
(-) Provis�o para Opera�es de Arrendamento Mercantil de Liquida�o Duvidosa	11	(1.698)	(2.487)		
Outros Cr�ditos		17.230	15.246		
Negocia�o e Intermedia�o de Valores	8d.2	-	1.197		
Diversos	12a	17.230	14.049		
Outros Valores e Bens		5.100	6.610		
Bens N�o de Uso Pr�prio		4.453	6.095		
Despesas Antecipadas		647	515		
REALIZ�VEL A LONGO PRAZO		20.513	650		
Aplica�es Interfinanceiras de Liquidez	7a	12.164	-		
Depositos Interfinanceiros Ligadas		12.164	-		
T�tulos e Valores Mobili�rios		7.778	-		
Carteira Pr�pria	8a	5.299	-		
Vinculados � Presta�o de Garantias	8a	2.479	-		
Opera�es de Arrendamento Mercantil		-	-		
Arrendamentos e Subarrendamentos a Receber - Setor Privado		388.416	262.965		
(-) Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil - Setor Privado		(388.416)	(262.965)		
Arrendamentos e Subarrendamentos a Receber - Setor P�blico		21.348	53.348		
(-) Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil - Setor P�blico		(21.348)	(53.348)		
Outros Valores e Bens		571	650		
Despesas Antecipadas		571	650		
PERMANENTE		714.675	584.948		
Imobilizado de Uso		534	562		
Outras Imobiliza�es de Uso		705	516		
Gastos em Im�veis de Terceiros		623	623		
(-) Deprecia�es Acumuladas		(350)	(253)		
(-) Amortiza�o de Gastos em Im�veis de Terceiros		(444)	(324)		
Imobilizado de Arrendamento	13c	713.908	584.269		
Bens Arrendados		1.155.922	901.197		
Supervenien�cias de Deprecia�es	9 e 10a	72.518	51.179		
Perdas de Arrendamento a Amortizar		12.276	17.435		
(-) Deprecia�es Acumuladas	13c	(523.201)	(376.355)		
(-) Amortiza�o de Perdas de Arrendamento Intang�vel		(3.607)	(9.187)		
Intang�vel		233	117		
Licen�as de Uso - Software		429	255		
(-) Amortiza�o de Licen�a de Uso - Software		(196)	(138)		
TOTAL DO ATIVO		810.919	745.064		

TOTAL DO PASSIVO 810.919 745.064

DEMONSTRA ES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais - R\$, exceto o preju o por lote de mil a es)

	Nota Explicativa	2º Semestre		Exerc�cio	
		2014	2014	2013	2013
RECEITAS DA INTERMEDIAC�O FINANCEIRA		219.301	335.686	303.755	
Receita de Opera�es de Arrendamento Mercantil		180.236	321.468	280.031	
Resultado de Opera�es com T�tulos e Valores Mobili�rios		3.742	8.742	4.470	
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		35.323	5.476	19.254	
DESPESAS DA INTERMEDIAC�O FINANCEIRA		(208.708)	(317.649)	(286.382)	
Opera�es de Capta�es no Mercado	15b	(12.252)	(19.051)	(13.080)	
Despesa de Opera�es de Arrendamento Mercantil		(133.434)	(249.888)	(221.264)	
Opera�es de Empr�stimos e Repasses	16c	(64.496)	(49.499)	(52.585)	
Provis�o para Opera�es de Arrendamento Mercantil de Liquida�o Duvidosa		1.474	789	547	
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAC�O FINANCEIRA		10.593	18.037	17.373	
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(6.548)	(12.739)	(13.837)	
Receitas de Presta�o de Servi�os		2.257	2.615	120	
Rendas de Tarifas Banc�rias		44	61	22	
Despesas de Pessoal		(4.556)	(9.131)	(8.705)	
Outras Despesas Administrativas	20	(2.946)	(5.557)	(4.708)	
Despesas Tribut�rias		(1.937)	(3.020)	(1.948)	
Outras Receitas Operacionais	21	759	2.583	1.622	
Outras Despesas Operacionais	22	(169)	(290)	(240)	
RESULTADO OPERACIONAL		4.045	5.298	3.536	
RESULTADO N�O OPERACIONAL		74	69	(560)	
RESULTADO ANTES DA TRIBUTA�O SOBRE O LUCRO		4.119	5.367	2.976	
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIC�O SOCIAL	14	(4.349)	(6.412)	(7.958)	
Imposto de Renda Corrente		730	-	-	
Contribui�o Social Corrente		(1.509)	(2.245)	(1.461)	
Ativo Fiscal Diferido		(3.570)	(4.167)	(6.497)	
PREJU�O L�QUIDO DO SEMESTRE/EXERC�CIO		(230)	(1.045)	(4.982)	
PREJU�O POR LOTE DE MIL A�ES - R\$		(89)	(407)	(1.943)	(continua)

(continuação)

**SOCIETE GENERALE**
Corporate & Investment Banking**SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil**
(pertencente ao Sistema Financeiro Société Générale Brasil)CNPJ 62.816.426/0001-75
Alameda Rio Negro, 433 - 4º andar
Prédio I - Alphaville Empresarial
CEP 06454-000 - Barueri - SP
Telefone: 0xx11 2666-2281
www.sgef.com.br**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 - (Em milhares de reais - R\$)**

	Nota Explicativa	Capital Social	Reservas de Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		59.398	58	(7.773)	(10.248)	41.435
Aumento de Capital (homologado em 08/11/2013).....		11.000	-	-	-	11.000
Plano de Pagamento Baseado em Ações.....	22	-	85	-	-	85
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....		-	-	8.614	-	8.614
Prejuízo Líquido do Exercício.....		-	-	-	(4.982)	(4.982)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		<u>70.398</u>	<u>143</u>	<u>841</u>	<u>(15.230)</u>	<u>56.152</u>
Plano de Pagamento Baseado em Ações.....	22	-	26	-	-	26
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....		-	-	(51)	-	(51)
Prejuízo Líquido do Exercício.....		-	-	-	(1.045)	(1.045)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		<u>70.398</u>	<u>169</u>	<u>790</u>	<u>(16.275)</u>	<u>55.082</u>
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014		70.398	143	(369)	(16.045)	54.127
Plano de Pagamento Baseado em Ações.....	22	-	26	-	-	26
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....		-	-	1.159	-	1.159
Prejuízo Líquido do Semestre.....		-	-	-	(230)	(230)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		<u>70.398</u>	<u>169</u>	<u>790</u>	<u>(16.275)</u>	<u>55.082</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 - (Em milhares de reais - R\$)**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil ("Sociedade") tem por objeto social a prática das operações de arrendamento mercantil definidas pela Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974. Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, tendo certas operações a co-participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do Conglomerado Financeiro Société Générale Brasil. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de praticabilidade e razoabilidade, em conjunto ou individualmente. A parte principal das captações é proveniente da matriz no exterior do Grupo Société Générale - Paris, e atualmente, vem sendo feita através de depósitos interfinanceiros com o Banco Société Générale Brasil S.A., cujo suporte financeiro será mantido pelo controlador.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), no que forem aplicáveis. Em decorrência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, porém nem todos homologados pelo BACEN. Dessa forma, a Sociedade, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN: **a)** CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução BACEN nº 3.566/08; **b)** CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - homologado pela Resolução BACEN nº 3.604/08; **c)** CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas - homologado pela Resolução BACEN nº 3.750/09; **d)** CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações - homologado pela Resolução BACEN nº 3.989/11; **e)** CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - homologado pela Resolução BACEN nº 4.007/11; **f)** CPC 24 - Evento Subsequente - homologado pela Resolução BACEN nº 3.973/11; **g)** CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - homologado pela Resolução BACEN nº 3.823/09; **h)** Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro - homologado pela Resolução BACEN nº 4.144/12. Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis de avaliação dos elementos patrimoniais são as seguintes: **a) Apuração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para aquelas de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, e sendo utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de acordo com a Resolução BACEN nº 3.604/08. **c) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:** De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, segundo a intenção da Administração, conforme segue: • Títulos para negociação; • Títulos disponíveis para venda; e • Títulos mantidos até o vencimento. Os títulos classificados como "para negociação" e "disponíveis para venda" são avaliados pelo seu valor de mercado, e os classificados como "mantidos até o vencimento" são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como "para negociação" são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do exercício. Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como "disponíveis para venda" são contabilizados em conta destacada do patrimônio líquido denominada "Ajustes de avaliação patrimonial", líquido dos efeitos tributários. Os instrumentos financeiros derivativos são compostos por operações de futuros, os quais têm o valor dos ajustes diários contabilizado em conta de ativo ou passivo e apropriado como receita ou despesa. Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como: I - "hedge" de risco de mercado; e II - "hedge" de fluxo de caixa. Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte: (1) Para aqueles classificados como hedge de risco de mercado, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado; e (2) Para aqueles classificados como hedge de fluxo de caixa, a valorização ou desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários. **d) Arrendamentos a receber:** Os arrendamentos a receber são atualizados monetariamente de acordo com as condições determinadas nos contratos de arrendamento e o efeito é creditado na conta de "Rendas a apropriar de arrendamento mercantil". As contraprestações de arrendamento são registradas como receitas da intermediação financeira - "Operações de arrendamento mercantil" pelo regime de vencimento das respectivas parcelas, conforme prevê a legislação aplicável. **e) Rendas de arrendamento:** As rendas das operações de arrendamento que estiverem vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecerão nessa classificação por seis meses, quando então serão baixadas contra a provisão existente e passarão a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. **f) Depreciação:** A depreciação dos bens de imobilizado de uso é calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens. A depreciação dos bens do imobilizado de arrendamento é calculada pelo método linear, no prazo usual de vida útil, reduzido em 30% com amparo da Portaria nº 113/88 do Ministério da Fazenda, apenas quando o arrendatário for pessoa jurídica e o prazo do contrato de arrendamento mercantil for equivalente ao no mínimo 40% do prazo de vida útil do bem arrendado. Essa depreciação é contabilizada a débito de despesas da intermediação financeira - operações de arrendamento mercantil. **g) Valores residuais garantidos:** Os valores residuais garantidos, os quais representam as opções de compra a vencer, bem como suas respectivas atualizações, são registrados na rubrica de "Valores residuais a realizar", tendo como contrapartida a rubrica de "Valores residuais a balancear". **h) Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa:** As operações de arrendamento mercantil são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução BACEN nº 2.682/99 que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (perda). As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, com o mesmo "rating" em que estavam classificadas. As renegociações de operações de arrendamento mercantil que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas no nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. **i) Perdas de arrendamento a amortizar:** Correspondem a perdas apuradas na venda de bens pelo valor residual dos contratos que são amortizados pelo respectivo prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados. O saldo correspondente às perdas a amortizar, para efeito das demonstrações financeiras, está reclassificado para a rubrica de bens arrendados. **j) Superveniência ou insuficiência de depreciação:** Na apuração do resultado do exercício é efetuado o cálculo do valor presente dos arrendamentos financeiros a receber, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato. O valor assim apurado é comparado com o saldo residual contábil dos bens arrendados e operações de arrendamento, registrando-se a diferença em insuficiência de depreciação, se negativa, ou superveniência de depreciação, se positiva. A superveniência de depreciação é registrada no resultado, na rubrica de "Operações de arrendamento mercantil", e a insuficiência de depreciação, quando apurada, é registrada também no resultado, como despesa, na rubrica de "Operações de arrendamento mercantil", tendo como contrapartida o registro em bens arrendados. O efeito do imposto de renda sobre essa diferença é diferido. **k) Negociação e intermediação de valores:** Os ajustes a receber ou a pagar das operações do mercado futuro foram registrados na conta "Outros créditos - Negociação e intermediação de valores" ou "Outras obrigações - Negociação ou intermediação de valores. **l)**

Intangível: Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Sociedade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis são amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico e, estão sujeitos ao teste de recuperabilidade, de acordo com critérios estabelecidos pelo CPC 1º, referendado pela Resolução CMN nº 3.566/08. **m) Obrigações por empréstimos:** São demonstradas pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço reconhecidos em base "pro rata" dia. **n) Atualização monetária de direitos e obrigações:** Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos a índices de atualização, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado do exercício. **o) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovado pela Resolução BACEN nº 3.823/09. • Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos; • Provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; • Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação; • e • Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal. • Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN. **p) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro tributável à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 120 ao semestre. A contribuição social apurada sobre o lucro tributável, na forma da legislação em vigor, é calculada à alíquota de 15%. **q) Redução ao valor recuperável de ativos:** Os ativos financeiros estão sujeitos a avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. **r) Partes relacionadas:** A divulgação de informações sobre as partes relacionadas são efetuadas em consonância a Resolução CMN nº 3.750, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente à divulgação de informações sobre as partes relacionadas. **s) Mensuração a valor de mercado:** A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe, o valor das cotas de fundos de investimento divulgados pelos seus administradores, bolsas de valores e bolsas de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão eventualmente vir a ser diferentes dos estimados. **t) Uso de estimativas contábeis:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) amortizações de ativos intangíveis e (iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa e dos passivos contingentes. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas. **u) Resultado por ação:** A divulgação do lucro (prejuízo) por ação é apresentada pela divisão do lucro líquido (prejuízo) do período pela quantidade total de ações.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

O nível de risco aceitável na condução dos negócios é definido pela Alta Administração da SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil ("Sociedade"), em conjunto com a matriz do grupo em Paris. Os diferentes tipos de risco são formalmente identificados e permanentemente monitorados por unidades especializadas, independentes das unidades de negócio. Essas unidades garantem que a exposição não ultrapasse os limites e critérios preestabelecidos e reportam a exposição e eventuais excessos à Alta Administração. A avaliação de todos os riscos é parte integrante da tomada de qualquer decisão estratégica na Sociedade. O processo de Gerenciamento de Riscos é realizado de forma consolidada no Brasil pelo Banco Société Générale Brasil S.A. (instituição líder do conglomerado). **I. Risco de crédito:** Em linha com as melhores práticas, o gerenciamento de Risco de Crédito é um processo contínuo e evolutivo do mapeamento, da aferição e do diagnóstico dos modelos, dos instrumentos, das políticas e dos procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. As políticas observam cuidados relacionados à análise da capacidade de pagamento do tomador, além de levar em conta parâmetros de concentração, concessão, exigência de garantias e prazos que não comprometam a qualidade esperada da carteira. **II. Risco de mercado:** A área de Risco de Mercado do Banco Société Générale Brasil S.A. ("instituição líder") é gerenciada por meio de metodologias e modelos condizentes com a realidade dos mercados nacional e internacional, permitindo embasar as decisões estratégicas do Grupo Société Générale Brasil com agilidade, transparência e alto grau de confiança. É a área responsável pela implementação da estrutura de risco de mercado no Grupo Société Générale Brasil, sendo independente das áreas de negócio, com funções específicas, responsabilidades claramente definidas e instrumentos apropriados que lhe possibilitam a identificação, a avaliação, o monitoramento e o controle dos riscos, estabelecendo padrões e procedimentos de gestão de risco em conformidade com as recomendações do BACEN. Além disso, possui os recursos humanos adequados para estruturar o processo de gerenciamento de risco, em conformidade com normas internas e externas. Essa área informa a Alta Administração sobre a exposição aos riscos de mercado e divulga as informações sobre o risco de mercado aos órgãos reguladores, bem como as linhas de negócios internas e externas. **III. Risco de liquidez:** O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das operações. **IV. Risco operacional:** Conforme a Resolução BACEN 3.380, de 29 de junho de 2006, a Sociedade identifica e monitora a sua exposição ao risco operacional através de vários instrumentos, compatíveis com a natureza, o volume e a complexidade de suas atividades, sendo eles: i) análise sistemática das perdas operacionais históricas; ii) monitoramento mensal de indicadores de riscos; iii) controles internos permanentes e periódicos (auditorias) com planos de ações corretivas; iv) controles de conformidade e de prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo ("Compliance"); v) plano de continuidade de negócios; e vi) campanhas de conscientização dos colaboradores. Os resultados deste conjunto de instrumentos são revisados periodicamente por um comitê dedicado na instituição líder, no intuito de tomar as ações mitigantes consideradas necessárias. Para efeito de alocação de capital regulamentar, previsto no art. 1º da Circular nº 3.640, de 04 de março de 2013 e alterada pela Circular nº 3.675, de 31 de outubro de 2013, o Conglomerado adotou a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada. A divulgação das informações consolidadas referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR) conforme requerido pela Circular BACEN nº 3.678, de 31 de outubro de 2013, alterada pela Circular nº 3.716, de 21 de agosto de 2014, estão publicadas em nosso site no endereço eletrônico www.sgbrasil.com.br, seção Gestão de Riscos. Além disso, a SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil ("Sociedade") mantém em seu site (www.sgef.com.br) um vínculo direcionando à instituição líder (www.sgbrasil.com.br) na rota: Institucional/Gestão de Riscos.

5. GERENCIAMENTO DE CAPITAL

O Conglomerado do Grupo Société Générale Brasil S.A. realiza a gestão de seu Capital Regulatório de forma descentralizada, ficando cada instituição financeira integrante individualmente responsável pelos respectivos gerenciamento de capital e avaliações de possíveis impactos oriundos dos riscos associados às empresas não financeiras sob sua gestão. A atividade é realizada através de Estruturas de Gerenciamento de Capital individuais, compostas de técnicas, ferramentas, processos e responsabilidades voltadas ao planejamento e monitoração de seu respectivo Capital de acordo com os requerimentos definidos na Política de Gerenciamento de

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 - (Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	2º Semestre 2014	Exercício 2014	Exercício 2013
--	------------------	------------------	----------------	----------------

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

Prejuízo do Semestre/Exercício.....		(230)	(1.045)	(4.982)
Ajustes que não afetam o Fluxo de Caixa.....		103.569	153.816	226.826
Depreciações e Amortizações.....		58.954	141.541	207.490
Insuficiência (Superveniência) de Depreciação.....	9	(14.280)	(21.339)	(26.703)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos.....		4.128	4.725	6.497
Variação Cambial de Empréstimos..		56.262	29.699	40.004
Plano de Pagamento Baseado em Ações.....	23	26	26	85
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos e Valores Mobiliários.....		(47)	(47)	-
Provisão para Operações de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa.....		(1.474)	(789)	(547)
Lucro Líquido do Semestre/Exercício Ajustado.....		103.339	152.771	221.844
Variação de Ativos e Obrigações.....		62.289	199.666	(20.827)
Redução (Aumento) em Operação de Arrendamento Mercantil.....		(5.171)	(4.494)	3.977
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	7	33.480	(12.164)	-
Redução (Aumento) de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.....		(12.534)	80.435	(70.317)
Redução (Aumento) de Outros Créditos.....		3.779	(1.984)	(3.687)
Redução (Aumento) de Outros Valores e Bens.....		648	1.589	(5.444)
Aumento em Outras Obrigações.....		8.162	21.390	25.520
Aumento em Depósitos Interfinanceiros.....		34.466	111.080	28.509
(Redução) Aumento em Resultado de Exercícios Futuros.....		(541)	2.814	615
Caixa Líquido proveniente das Atividades Operacionais.....		<u>165.628</u>	<u>351.437</u>	<u>201.017</u>

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

Aquisição de Imobilizado de Arrendamento.....		(191.060)	(382.672)	(231.375)
Alienação de Imobilizado de Arrendamento.....		81.948	133.105	-
Aquisição de Imobilizado de Uso.....		(67)	(207)	(1)
Alienação de Imobilizado de Uso.....		4	18	-
Aquisição de Ativo Intangível.....		(48)	(241)	(92)
Alienação de Ativo Intangível.....		-	67	-
Caixa Líquido usado nas Atividades de Investimento.....		<u>(109.223)</u>	<u>(249.930)</u>	<u>(231.468)</u>

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Aumento de Capital.....		-	-	11.000
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses.....		(56.396)	(101.515)	11.837
Caixa Líquido oriundo das (investido nas) Atividades de Financiamento.....		<u>(56.396)</u>	<u>(101.515)</u>	<u>22.837</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>9</u>	<u>(8)</u>	<u>(7.614)</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	6	<u>18</u>	<u>35</u>	<u>7.649</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	6	<u>27</u>	<u>27</u>	<u>35</u>

Capital do Conglomerado prevendo: i. Mecanismos para a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Exigido (PRE), com respectivos indicadores calibrados conforme apetite de riscos estabelecidos para a empresa e periodicamente reportados à diretoria e conselho de administração; ii. Plano de capital abrangendo o horizonte de três anos; Simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital. iii. O dimensionamento das Estruturas é adequado ao nível de complexidade dos respectivos produtos e operações, sendo a coordenação entre as Estruturas realizada através do COMITÊ DE GESTÃO DE CAPITAL, RISCOS DE LIQUIDEZ E MERCADO GRUPO (CGCRLMG), que se reúne mensalmente.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2014	2013
Disponibilidades.....	27	35
Total.....	<u>27</u>	<u>35</u>

7. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

O saldo de aplicações em depósitos interfinanceiros refere-se às aplicações em CDI Pós junto ao Banco Société Générale Brasil S.A. ("instituição líder"), todas com vencimentos em 2016.

	2014	2013
Aplicações depósitos interfinanceiros ligada (nota explicativa nº 19 a).....	12.164	-
Longo Prazo.....	12.164	-

b) Resultado com aplicações em depósitos interfinanceiros ligada:

	2014	2013
Rendas de aplicações CDI ligadas (nota explicativa nº 19 a).....	4.166	-
Total.....	<u>4.166</u>	-

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação dos títulos e valores mobiliários em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 por categoria:

	2014		2013	
	Valor de Curva	Valor de Mercado	Valor de Curva	Valor de Mercado
Títulos e Valores Mobiliários				
Letras do Tesouro Nacional - LTN				
Livres.....	37.907	37.850	139.977	136.797
Títulos para negociação - LTN.....	-	-	139.977	136.797
Títulos disponíveis para venda-LTN.....	37.907	37.850	-	-
Vinculados à Prestação de Garantias.....	11.975	11.954	1.506	1.429
Títulos para negociação - LTN.....	-	-	1.506	1.429
Títulos disponíveis para venda-LTN.....	11.975	11.954	-	-
Total.....	<u>49.882</u>	<u>49.804</u>	<u>141.843</u>	<u>138.226</u>

Conforme previsto na Circular no 3.068/01 do BACEN, a partir de 30 de Junho de 2014, a Sociedade reavaliou a classificação de seus títulos e valores mobiliários, reclassificando-os da categoria "Títulos para negociação" para a categoria "Títulos disponíveis para venda". A reclassificação visa à aderência com a atual gestão de riscos do grupo. Dessa forma, o efeito da "marcação a Mercado" passou a impactar diretamente o Patrimônio Líquido, e não mais o Resultado.

b) Composição por prazo de vencimento:

	2014		2013	
	Títulos Disponíveis para Venda	Total	Títulos para Negociação	Total
A vencer até 3 meses.....	-	-	19.169	19.169
A vencer de 3 a 12 meses.....	42.026	42.026	119.057	119.057
A vencer de 1 a 3 anos:.....	7.778	7.778	-	-
Total.....	<u>49.804</u>	<u>49.804</u>	<u>138.226</u>	<u>138.226</u>

c) Composição por emissor:

	2014	2013
Operações de Swap:		



SOCIETE GENERALE
Corporate & Investment Banking

SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil
(pertencente ao Sistema Financeiro Societé Générale Brasil)

CNPJ 62.816.426/0001-75
Alameda Rio Negro, 433 - 4º andar
Prédio I - Alphaville Empresarial
CEP 06454-000 - Barueri - SP
Telefone: 0xx11 2666-2281
www.sgef.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 - (Em milhares de reais - R\$)

A seguir, demonstramos a relação dos derivativos avaliados a mercado em 31 de Dezembro de 2014:

Indexador	Valor de Referência		Total	Curva	Mercado
	Operações registradas na BM&F Bovespa	Operações registradas na CETIP			
Dólar x Pré (Fluxo de Caixa)	-	66.628	66.628	8.127	6.812
d.2) Mercado Futuro:					
	2014		2013		
	Valor dos Contratos	Ajuste a receber (pagar)	Valor dos Contratos	Ajuste a receber (pagar)	
DDI	193.682	(3.034)	247.476	1.351	
DI	144.193	(148)	192.927	(154)	
Total	337.875	(3.182)	440.403	1.197	

Os ajustes a receber ou a pagar das operações do mercado futuro foram registrados na conta "Outros créditos - Negociação e intermediação de valores" ou "Outras obrigações - Negociação ou intermediação de valores".

Em 31 de Dezembro de 2014				
Valores referenciais				
Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total de Contratos
Futuros	53.097	73.997	210.781	337.875
Total	53.097	73.997	210.781	337.875

Em 31 de Dezembro de 2013				
Valores referenciais				
Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total de Contratos
Futuros	60.586	80.523	122.262	440.403
Total	60.586	80.523	122.262	440.403

A margem dada em garantia das operações negociadas na BM&FBovespa com instrumentos financeiros derivativos é composta por títulos públicos federais registrados como "Títulos e Valores Mobiliários - Vinculados", no montante de R\$ 11.954 (R\$ 1.429 em 2013). O valor de mercado dos derivativos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela BM&F Bovespa.

d.3) Derivativos utilizados como instrumentos de hedge accounting: A estratégia de hedge accounting de fluxo de caixa da Sociedade é determinada com o objetivo de reduzir a volatilidade no resultado gerado pela contratação de empréstimos em dólar junto à Matriz e seu hedge realizado com instrumentos financeiros derivativos no mercado local. A estrutura visa mitigar os riscos devidos à variação de preços de moedas (variação cambial) e à variação das taxas de juros. A estrutura de hedge, composta pelo empréstimo - objeto de hedge e os derivativos - instrumentos de hedge, é assim categorizada, observadas as regras legais para a qualificação de hedge, conforme estabelecido pela Circular nº 3.082 do BACEN. As estruturas de hedge são montadas observando a liquidez do mercado, o alinhamento das datas de vencimentos dos derivativos com a dos empréstimos, alinhamento da quantidade de contratos de derivativos face o montante do empréstimo, reduzindo desta forma, o risco de não efetividade destas estruturas. A volatilidade gerada pela marcação a mercado dos derivativos futuros é registrada no patrimônio líquido, sendo que a parcela não-efetiva é reclassificada para resultado. A avaliação mensal da efetividade dessas estratégias é realizada através do método de análise retrospectiva, cujo intervalo deve estar entre 80% e 125%. Na Sociedade, atualmente esta efetividade é de 100%, em média. O valor de mercado dos derivativos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela BM&FBovespa. Os vencimentos dos derivativos ocorrerão entre 2014 e 2017. Os derivativos utilizados como instrumentos de hedge são representados como segue:

Hedge de Fluxo de Caixa:
Em 31 de Dezembro de 2014:

Objeto de hedge	Valor na Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Valor de Mercado
Captações externas - empréstimos	(139.807)	(143.052)	(3.245)

Instrumento de hedge	Valor na Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Valor de Mercado
Contratos de futuros - ativo DDI	143.260	143.039	(221)
Contratos de futuros - ativo DI	(116.565)	(111.705)	4.860

Em 31 de Dezembro de 2013:

Objeto de hedge	Valor na Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Valor de Mercado
Captações externas - empréstimos	(145.248)	(150.642)	(5.394)

Instrumento de hedge	Valor na Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Valor de Mercado
Contratos de futuros - ativo DDI	149.837	150.725	888
Contratos de futuros - ativo DI	(129.443)	(124.333)	5.110

9. SUPERVENIÊNCIA/INSUFICIÊNCIA DE DEPRECIACÃO
No exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, foi registrada superveniência de depreciação no valor de R\$ 21.339 (R\$ 26.703 em 2013), estando registrada contabilmente nas contas relacionadas às operações de arrendamento mercantil, na Demonstração de Resultado, e no Balanço Patrimonial o valor de R\$ 72.518 (R\$ 51.179 em 2013).

Nível de Risco	Percentual de Provisão	2014			2013		
		Curso Normal	Vencido	Total da Carteira	Curso Normal	Vencido	Total da Carteira
AA	0,0%	589.997	240	590.237	-	473.201	532
A	0,5%	10.905	224	11.129	56	6.365	210
B	1,0%	7.153	219	7.372	74	9.137	18
C	3,0%	5.576	667	6.243	187	479	61
D	10,0%	1.439	217	1.656	166	1.346	-
E	30,0%	2.045	263	2.308	692	642	152
F	50,0%	-	-	-	-	1.083	33
G	70,0%	-	-	-	-	1.194	282
H	100,0%	309	214	523	523	296	87
Total		617.424	2.044	619.468	1.698	493.743	1.375

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é assim resumida:

	2014	2013
Saldo Inicial	2.487	3.034
Constituição	685	7.224
Reversão	(1.474)	(7.771)
Saldo final	1.698	2.487

12. OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Outros créditos - diversos:

	2014	2013
Créditos tributários	31	241
Impostos a compensar	13.303	11.041
Devedores diversos País	3.671	2.761
Outros	225	6
Total	17.230	14.049

b) Outras obrigações - fiscais e previdenciárias:

	2014	2013
Provisão para impostos e contribuições	948	545
Impostos e contribuições a recolher	729	433
Provisão p/imposto de renda diferido s/superveniência de depreciação (*)	18.129	12.795
Provisão para imposto diferido sobre MTM	558	1.167
Total	20.364	14.940
Curto prazo	1.677	978
Longo prazo	18.687	13.962

c) Outras obrigações - diversas:

	2014	2013
Credores por antecipação de valor residual (nota explicativa nº 10 a)	79.773	82.063
Provisão para pagamentos a efetuar (i)	46.211	27.290
Valores a pagar a sociedade ligada (nota explicativa nº 19 a)	11	11
Credores diversos Exterior - fianças	1.037	114
Credores diversos País - fianças	10	55
Total	127.042	109.533
Curto prazo	56.209	52.674
Longo prazo	70.833	56.859

(i) Refere-se, principalmente, ao pagamento a fornecedores de bens objeto de arrendamento mercantil, no montante de R\$ 36.475 (R\$ 20.007 em 2013), provisão para fundo de reserva de financiamento, no montante de R\$ 5.263 (R\$ 3.002 em 2013), pagamento de despesas de pessoal, no montante de R\$ 2.400 (R\$ 2.395 em 2013), e outros pagamentos, no montante de R\$ 2.073 (R\$ 1.886 em 2013).

13. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO

a) Bens Arrendados - Arrendamento Financeiro:

	Taxa anual de Depreciação (%)		2014		2013	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Máquinas e equipamentos	14,29%	557.315	456.451			
Móveis e utensílios	14,29%	250	250			
Equipamentos de informática	28,57%	362.320	225.520			
Veículos e afins	28,57%	88.196	91.710			
Aeronaves	28,57%	112.780	110.443			
Superveniência de depreciação (nota explicativa nº 10 a)		72.518	51.179			
Perdas em arrendamento a amortizar líquidas (*)		8.669	8.248			
Depreciação acumulada		(509.110)	(368.461)			
Total		692.938	575.440			

(*) notas explicativas nº 3 i e 10 a

10. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

Os contratos de arrendamento mercantil estão registrados pelos seus valores presentes, apurados com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses contratos, em atendimento às normas do BACEN, são apresentados em diversas contas patrimoniais, as quais são resumidas conforme segue:

a) Composição do valor presente dos contratos de arrendamento mercantil financeiro:

	2014	2013
Arrendamentos a receber - setor privado	626.305	439.244
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(620.805)	(438.210)
Arrendamento a receber - setor público	55.951	105.867
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(55.149)	(105.160)
Imobilizado de arrendamento, líquido de depreciação	611.752	516.013
Superveniência de depreciação (nota explicativa nº 13 a)	72.518	51.179
Perdas em arrendamento a amortizar líquidas (nota explicativa nº 13 a)	8.669	8.248
Credores por antecipação de valor residual (nota explicativa nº 12 c)	(79.773)	(82.063)
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil	619.468	495.118

a.1) Composição do arrendamento financeiro por vencimento:

Prazo:	2014		2013	
	Valor	%	Valor	%
Vencidas a partir de 15 dias	938	0,1%	551	0,1%
A vencer até 3 meses	93.911	15,2%	69.813	14,1%
A vencer de 3 a 12 meses	189.388	30,6%	160.647	32,4%
A vencer de 1 a 3 anos	269.656	43,5%	223.755	45,2%
A vencer de 3 a 5 anos	57.429	9,3%	32.697	6,6%
A vencer de 5 a 15 anos	8.146	1,3%	7.655	1,6%
Total	619.468	100,0%	495.118	100,0%

a.2) Composição do arrendamento financeiro por atividade:

Setor Privado:	2014		2013	
	Valor	Percentual sobre o Total	Valor	Percentual sobre o Total
Indústria	80.573	13,0%	98.242	19,8%
Comércio	119.932	19,4%	58.777	11,9%
Instituição Financeira	38.010	6,1%	18.304	3,7%
Outros Serviços	325.403	52,5%	214.698	43,4%
Setor Público:				
Outros Serviços	55.550	9,0%	105.097	21,2%
Total	619.468	100,00%	495.118	100,00%

a.3) Composição do arrendamento financeiro por maiores devedores:

	2014	2013
Principal devedor	55.550	105.097
10 seguintes maiores devedores	226.234	181.930
20 seguintes maiores devedores	169.807	96.191
50 seguintes maiores devedores	112.023	70.326
100 seguintes maiores devedores	50.821	41.574
Demais devedores	5.033	-
Total	619.468	495.118

b) Arrendamento operacional:

	2014	2013
Arrendamentos a receber - setor privado	19.409	10.100
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(19.409)	(10.100)
Total	-	-

b.1) Composição do arrendamento operacional por vencimento:

Prazo:	2014		2013	
	Valor	%	Valor	%
A vencer até 3 meses	3.001	15,4%	1.714	17,0%
A vencer de 3 a 12 meses	4.751	24,5%	3.952	39,1%
A vencer de 1 a 3 anos	5.137	26,5%	4.385	43,4%
A vencer de 3 a 5 anos	6.520	33,6%	49	0,5%
Total	19.409	100,0%	10.100	100,0%

b.2) Composição do arrendamento operacional por atividade:

Setor privado:	2014		2013	
	Valor	Percentual sobre o Total	Valor	Percentual sobre o Total
Indústria	2.699	13,9%	5.026	49,8%
Comércio	-	-	398	3,9%
Outros serviços	16.710	86,1%	4.676	46,3%
Total	19.409	100,00%	10.100	100,00%

11. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE ARRENDAMENTO MERCANTIL DE LIQUIDACÃO DUVIDOSA

Em 31 de Dezembro de 2014, a provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa foi de R\$ 1.698 (R\$ 2.487 em 2013). O risco da carteira de arrendamento mercantil, a valor presente, e a provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, conforme estabelecido na Resolução nº 2.682/99 do CMN, estavam assim distribuídos:

	2014			2013		
	Ativo	Passivo	Receitas (despesas)	Ativo	Passivo	Receitas (despesas)
Banco Societé Générale Brasil S.A.						
Disponibilidades	26	32	-	-	-	-
Aplicações interfinanceiras (nota nº 7 a e 7 b)	12.164	-	4.166	-	-	-
Outras obrigações diversas (nota nº 12 c)	(11)	(11)	-	-	-	-
Depósitos interfinanceiros (nota nº 15 a e 15 b)	(242.044)	(130.964)	(19.051)	(130.964)	(19.051)	(13.080)
Instrumentos financeiros derivativos (nota nº 8 d)	6.812	(1.175)	1.309	(1.752)	-	-
Outras despesas administrativas (nota nº 20)	-	-	(132)	(134)	-	-
Societé Générale - Paris						
Obrigações por empréstimos do exterior (*)	(251.306)	(300.148)	(36.100)	(52.918)	-	-
(*) nota explicativa nº 16 b e 16 c						

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013:

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2014	2013	2014	2013
	2014	2013	2014	2013
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	5.367	2.976	5.367	2.976
Alíquota vigente	25%	25%	15%	15%
Expectativa de crédito (despesa) de Imposto de Renda e da Contribuição Social, de acordo com a alíquota vigente	(1.342)	(744)	(805)	(446)
Efeito do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre as diferenças permanentes:				
Juros indutíveis - Lei 12.249/10	(1.280)	(1.912)	(768)	(1.147)
Despesas não-operacionais indutíveis	-	(140)	-	(84)
Outros	(148)	(57)	(89)	(34)
Efeito do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre as diferenças temporárias, cujos créditos tributários não foram constituídos:				
Resultado com marcação a mercado	(1.135)	364	(681)	219
Provisão para devedores duvidosos	198	137	119	82
Outras diferenças temporárias				

(continuação)



SOCIETE GENERALE
Corporate & Investment Banking

SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil
(pertencente ao Sistema Financeiro Société Générale Brasil)

CNPJ 62.816.426/0001-75
Alameda Rio Negro, 433 - 4ª andar
Prédio I - Alphaville Empresarial
CEP 06454-000 - Barueri - SP
Telefone: 0xx11 2666-2281
www.sgef.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS  S DEMONSTRA OES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 - (Em milhares de reais - R\$)

21. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2014	2013
Juros e multas	646	460
Juros atualizados cr�ditos tribut�rios	914	408
Ganho varia��o cambial valor residual antecipado	819	633
Outras	204	121
Total	2.583	1.622

22. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2014	2013
Publica��o	48	166
Provis�o para gratifica��o - Diretoria	242	-
Outros	-	74
Total	290	240

23. PAGAMENTO BASEADO EM A OES

Apresentamos a seguir o plano de pagamento que está vigente em 31 de Dezembro de 2014 e foi outorgado a partir de 1  de janeiro de 2010. O plano   classificado como pagamento baseado em a oes com liquidação em a oes. I - Plano de a oes livres ("Paga") - SG Paris: Visando o sucesso do programa "Ambition SG 2015", em reunião realizada em 02 de novembro de 2010, o Conselho de Diretores do Grupo Société Générale designou os beneficiários do Plano de A oes livres dentro do grupo de funcionários e executivos corporativos do Grupo Société Générale e empresas afiliadas. O plano está dividido em dois grupos sendo o primeiro representado por 40% das a oes condicionadas ao cumprimento de permanência no grupo em 31 de março de 2015 com a condi o de desempenho na qual o Grupo Société Générale atinja um lucro líquido positivo no ano de 2012, condi o esta atingida. O segundo

grupo, 60% das a oes remanescentes, está condicionado   permanência no grupo em 31 de Março de 2016 com a condi o de que a satisfa o dos clientes aumente entre 2010 e 2013 nas três linhas de negócios (opera oes França, Banco de varejo e Corporate Banking). O plano oferece 40 a oes por funcionário elegível, distribuídas conforme o parágrafo anterior. No SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil foram 10 funcionários elegíveis, portanto, das a oes outorgadas, avaliou-se que 400 seriam empossadas pela empresa. O valor justo unitário das a oes foi de 34,55 Euros e 33,15 Euros respectivamente para o grupo 1 e grupo 2, calculados adotando o método de arbitragem. A seguir demonstramos os valores reconhecidos no resultado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, na rubrica de despesa com pessoal contra a conta do grupo do patrim nio líquido de reserva de capital:

	Movimenta�o				
	Dez 2012	Constitui�o	Dez 2013	Constitui�o	Dez 2014
Plano de a�oes livres ("Paga")	58	85	143	26	169
Total	58	85	143	26	169

24. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGA OES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

A Sociedade   parte em processos judiciais e administrativos de natureza civil, decorrentes do curso normal de suas atividades. A Administra o da Sociedade, baseada na opinião de seus assessores legais, não constituiu provisão em fun o de não existir demandas cujo desfecho desfavorável   avaliado como provável. Passivos contingentes classificados como risco de perda possível: Em 31 de Dezembro de 2014 não há na Sociedade nenhum registro de processo de natureza civil classificado como perda possível.

25. OUTRAS INFORMAÇOES

Desde 1995, as institui oes financeiras são obrigadas a manter o patrim nio líquido compatível com o grau de risco ponderado por fatores definidos na Resolu o n  2.099/94 e altera oes complementares do BACEN. A apura o deste  ndice   feita de forma consolidada pelo Banco Société Générale Brasil S.A. ("institui o líder") com as institui oes integrantes do Grupo Société Générale Brasil, de acordo com as normas vigentes. Medida Provisória n  627/13 convertida na Lei 12.973: Em Novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória n  627 estabelecendo que a não incidência de tributa o sobre os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1  de Janeiro de 2008 e 31 de Dezembro de 2013, pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, efetivamente pagas até a data de publica o da referida Medida Provisória, em valores superiores aos apurados com observância dos métodos e cr terios contábeis vigentes em 31 de Dezembro de 2007, desde que a empresa que tenha pago os lucros ou dividendos optasse pela ado o antecipada do novo regime tributário já a partir de 2014. Em Maio de 2014, esta Medida Provisória foi convertida na Lei n  12.973, com altera oes em alguns dispositivos, inclusive no que se refere ao tratamento dos dividendos, dos juros sobre o capital próprio e da avalia o de investimentos pelo valor de patrim nio líquido. Diferentemente do que previa a Medida Provisória, a Lei n  12.973 estabeleceu a não incidência tributária de forma incondicional para os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1o de Janeiro de 2008 e 31 de Dezembro de 2013. A Sociedade elaborou estudos sobre os efeitos que poderiam advir da aplica o das disposi oes da Lei n  12.973 e concluiu que não há efeitos significativos nas suas demonstra oes financeiras de 31 de Dezembro de 2014 e de 31 de Dezembro de 2013 e está avaliando se optar  ou não pela antecipada de seus efeitos, que deverá ser manifestada na Declara o de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) referentes aos fatos geradores ocorridos no mês a ser determinado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB).

CONSELHO DE ADMINISTRA O

DIRETORIA

CONTADOR: Robson Mackert - CRC n  1SP 203697/O-4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRA OES FINANCEIRAS

Aos

Administradores e Acionistas da

SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil

Examinamos as demonstra oes financeiras da SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstra oes do resultado, das muta oes do patrim nio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administra o pelas Demonstra oes Financeiras - A Administra o da Sociedade   responsável pela elabora o e adequada apresenta o dessas demonstra oes financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às institui oes autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elabora o de demonstra oes financeiras livres de distor o relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes - Nossa responsabilidade   de expressar uma opinião sobre essas demonstra oes financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências  ticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstra oes financeiras individuais e estão livres de

distor o relevante. Uma auditoria envolve a execu o de procedimentos selecionados para obten o de evidência a respeito dos valores e divulga oes apresentados nas demonstra oes financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avalia o dos riscos de distor o relevante nas demonstra oes financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avalia o de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elabora o e a adequada apresenta o das demonstra oes financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui também a avalia o da adequa o das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administra o, bem como a avalia o da apresenta o das demonstra oes financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida   suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva - A Sociedade registra as suas opera oes e elabora as suas demonstra oes financeiras com observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência de deprecia o, classificada no ativo permanente (Nota 3). Essas diretrizes não requerem a reclassifica o das opera oes, que permanecem registradas de acordo com a disposi o da Lei n . 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante,

realizável a longo prazo e rendas de arrendamento, mas resultam na adequada apresenta o do resultado e do patrim nio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião com ressalva - Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos assuntos mencionados no parágrafo base para opinião com ressalva, as demonstra oes financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posi o patrimonial e financeira da SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas opera oes e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às institui oes autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2015



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Flávio Serpejante Peppe
Contador CRC- 1SP172167/O-6

Renato Nantes
Contador CRC-1RJ115529/O-7 "S" SP